

# Política de Privacidade de Dados Pessoais

**Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A**

**Versão 1.0**

## Política de Privacidade de Dados Pessoais Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A.

### 1. INTRODUÇÃO

A Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A., compreende a importância da privacidade de dados, instituída através da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), com isso estabelece as diretrizes e demonstra seu compromisso com as informações coletadas de seus clientes, fornecedores e empregados ativos.

### 2. OBJETIVOS

A Política de Privacidade objetiva dar visibilidade ao tratamento de dados coletados em formulários digitais por meio de Website próprio. Apresentando a finalidade referente às tratativas dos dados pessoais que serão tratados pela companhia, assim como as formas que os titulares e/ ou seus responsáveis legais poderão exercer seus direitos com relação aos dados fornecidos.

Sendo assim ao fornecer os dados pessoais, haverá o aceite dos termos e condições apresentados na referida Política de Privacidade.

### 3. DIRETRIZES

As normas de procedimentos constantes nesta política se aplicam aos administradores, empregados ativos, ocupantes de cargo em comissão, cedidos à companhia, empregados terceirizados, estagiários, jovens aprendizes e fornecedores de serviços. Todos são responsáveis pela Privacidade e Segurança dos Dados Pessoais:

Diretrizes a serem seguidas:

- Todos os empregados ativos da Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A., independente do nível hierárquico ou colaborativo, têm como responsabilidade zelar pela privacidade e segurança dos dados pessoais a que têm acesso em razão do desempenho de suas funções. É dever dos empregados ativos manter sigilo sobre os dados a que têm acesso e estarem cientes e atualizados sobre Leis, Políticas e Normas internas vigentes;

- O Encarregado de Dados (DPO) deve ser informado em caso de incidentes com dados pessoais. Qualquer empregado ativo que presenciar incidente que possa colocar em risco a segurança e a privacidade de dados pessoais tem a obrigação de comunicar, imediatamente, o fato ocorrido;
- Os dados pessoais controlados pela companhia são processados e armazenados preferencialmente no Brasil. A eventual subcontratação de serviços de processamento ou armazenamento se dará apenas em países com legislação relativa à proteção de dados pessoais compatível com a brasileira;
- A conformidade dos processos deve ser checada com regularidade condizente com os dados envolvidos, ou mediante mudança significativa no processo ou nas finalidades do uso dos dados. Processos devem ser analisados conforme legislação vigente e devem adotar por padrão e desde a origem a privacidade e a segurança dos dados pessoais;
  - Os clientes da companhia são responsáveis pela definição da política de tratamento dos dados pessoais que serão operados. Ao contratar a prestação de serviços em que será realizado o processamento de dados pessoais, os clientes deverão ter ciência de suas obrigações sobre a apresentação da política de tratamento por eles controlada, a Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A., deverá seguir enquanto operadora de dados. Os clientes deverão também indicar o nome e contato do Encarregado de Proteção de Dados Pessoais que será responsável pela designação das medidas a serem adotadas em casos de incidentes. Deverão ainda ter entendimento de que a Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A., poderá subcontratar a execução de determinadas parcelas dos serviços. Em caso de subcontratação, o Controlador dos dados será previamente notificado para autorizar o tratamento específico pelo suboperador, o qual seguirá a política de tratamento de dados definida pelo controlador.

#### **4. COLETA DE DADOS PESSOAIS**

Coletamos os dados pessoais necessários para:

##### **4.1 Prestar serviços;**

- 4.2 Responder as consultas do titular do dado;
- 4.3 Atender as solicitações do titular do dado;
- 4.4 Desenvolver novos produtos e serviços para fins comerciais;
- 4.5 Cumprimento de obrigação legal ou regulatória.

Nos casos em que ocorrer a coleta de dados pessoais para outras finalidades, deverá ser realizada de maneira formal via termo de consentimento, sendo que a sua negativa não resultará em prejuízos ao titular dos dados.

## 5. FINALIDADE DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

5.1 De acordo com o que dispõe o artigo 7º da LGPD, os dados tratados pela Companhia são utilizados para as seguintes finalidades:

- I. Na condição de controladora:
  - a) Para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
  - b) Para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular;
  - c) A pedido do titular dos dados;
  - d) Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;
  - e) Para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção de dados pessoais;
- II. Na condição de operadora, pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres.

5.2 Os dados pessoais não serão utilizados para finalidades diferentes daquelas para as quais foram coletados, exceto se houver determinação judicial ou consentimento do titular.

5.3 Os dados pessoais poderão ser coletados em uma só oportunidade para o atendimento de diversas finalidades de tratamento.

5.4 Cabe destacar que a Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A., na qualidade de operadora de dados, em situações específicas necessitará disponibilizar dados pessoais a Companhias subcontratadas para execução de alguns serviços. Neste caso, o controlador dos dados será previamente informado da subcontratação e dos serviços que serão

executados, a fim de autorizar o tratamento. Ainda como requisito para início da execução, os serviços a serem operados por terceiros deverão ser descritos e mapeados e a Política de Tratamento de Dados do Controlador deverá ser por ele fornecida à companhia para, em seguida, ser repassada ao suboperador dos dados.

- 5.5** Nenhum dado pessoal poderá ser transferido ou compartilhado sem a prévia análise da conformidade com as bases legais previstas na LGPD.
- 5.6** Poderão ser tratados dados de dependentes, inclusive crianças e adolescentes, com a finalidade de cumprimento das obrigações de oferta/pagamento dos benefícios previstos em Acordo Coletivo de Trabalho, como auxílio-creche, cesta escolar, planos de assistência médica e odontológica, entre outros.
- 5.7** O tratamento de dados pessoais de fornecedores de produtos e serviços ou de seus representantes é realizado com a finalidade de cumprimento da obrigação legal de apresentação de documentação que comprove que a pessoa física em poderes para assumir obrigações e exercer direitos em nome da pessoa jurídica que foi contratada.
- 5.8** O tratamento de dados pessoais de visitantes é realizado com a finalidade de identificação das pessoas que visitam as instalações da companhia, com o interesse de resguardar a segurança.
- 5.9** A captura de imagens de empregados ativos, visitantes e fornecedores é realizada com a finalidade de registro da circulação das pessoas nas instalações, dentro do legítimo interesse de resguardar a segurança.

## **6. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

- 6.1** Os dados são coletados por meio de documentação física ou digitalizados, fornecidos pelos titulares dos dados, e arquivados/armazenados na sede da companhia. São utilizados em sistemas internos da Companhia e/ou em sistemas disponibilizados pelos Governos Federal e Estadual para cumprimento de obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias e fiscalizatórias do Tribunal de Contas.
- 6.2** O tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis para cumprimento de obrigações legais e governamentais como declaração de e-Social, RAIS, medicina do trabalho, INSS, FGTS e, também, para cumprimento de obrigações contratuais decorrentes de acordo coletivo de trabalho.

- 6.3** Nos casos em que ocorrer a coleta de dados pessoais para outras finalidades, deverá ser realizada de maneira formal via termo de consentimento, sendo que a sua negativa não resultará em prejuízos ao titular dos dados.
- 6.4** No caso de tratamento de dado pessoal referente à criança ou adolescente, conforme dispõe o artigo 14 da LGPD, será necessário o consentimento específico de um dos pais ou representante legal.
- 6.5** No caso de adolescente relativamente incapaz, para a formalização e execução de contrato de estágio, hipótese na qual deverá ser assistido pelo seu representante legal.
- 6.6** Os dados pessoais dos empregados ativos e dos ocupantes de cargos em comissão, bem como de seus dependentes, poderão ser transferidos a companhias prestadoras de serviços previstos em acordo coletivo de trabalho. A transferência de informações será a mínima e absolutamente necessária para a contratação.
- 6.7** Nos casos de estagiários, os dados fornecidos poderão ser transferidos ou compartilhados para o cumprimento da obrigação de fornecimento de seguro de vida e de acidentes pessoais, vale transporte e vale refeição.
- 6.8** Os dados pessoais de fornecedores de produtos e de serviços são coletados a partir da apresentação de documento de identificação e armazenados no processo licitatório, o qual é um documento público.
- 6.9** Os dados pessoais de representantes de clientes são coletados a partir da apresentação de documento de identificação e armazenados junto aos contratos formalizados, contratos estes que terão natureza de documento público caso o contratante seja a Administração Pública.
- 6.10** Os dados pessoais de visitantes são coletados a partir da apresentação do documento de identificação com foto e número do CPF e armazenados na companhia pelo período de 03 (três) meses. Poderá ser capturada foto do visitante, mas não será coletada biometria.
- 6.11** Os dados das imagens de empregados ativos, visitantes e fornecedores são coletados através de recursos internos de monitoramento por imagem e armazenados na companhia pelo período de 30 (trinta) dias.

## **7. DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS PESSOAIS**

- 7.1** O acesso aos seus dados pessoais pode ser feito a qualquer momento.
- 7.2** A correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados pode dar-se por meio da validação por e-mail. Após, é necessário que o titular dos dados pessoais envie um e-mail solicitando alteração dos dados inicialmente fornecidos à companhia.
- 7.3** Como regra, a companhia coleta e trata o mínimo de dados pessoais, sendo aqueles os necessários à válida identificação e associação do titular perante o negócio.
- 7.4** A eliminação dos dados pessoais pode ser solicitada mediante a opção e-mail.
- 7.5** Após a requisição de exclusão do titular do dado pessoal, esta é encaminhada ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais para análise e execução em até 10 (dez) dias, de forma definitiva, exceto por algumas das hipóteses previstas no artigo 16 da Lei nº 13.709/2018.
- 7.6** Caso o titular dos dados se oponha ao consentimento no tratamento de seus dados pessoais, fica este impedido, por questões técnicas ou de execução de contrato, a prosseguir com a execução do atendimento.
- 7.7** A revogação do consentimento dar-se-á:

Para a exclusão do consentimento, sendo que esta revogação pode ser executada através da opção e-mail.

## **8. ENCARREGADO PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

De acordo com o art. 41 da Lei Geral de Proteção de Dados, o controlador designou a empregada *MARIANE APARECIDA ROSALIN GOMES* como Encarregado de Dados (DPO).

O Encarregado de Dados, também conhecido como Data Protection Officer (DPO), atuará como canal de comunicação entre Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A., (Controlador), os Titulares dos Dados (clientes, fornecedores e empregados ativos) e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

A LGPD prevê que todas as companhias tenham um Encarregado, cujas atribuições são mencionadas no parágrafo 2º do artigo 41 da Lei n.º 13.709/2018.

O contato com o Encarregado deverá ser feito através do e-mail [dpo@ctd.net.br](mailto:dpo@ctd.net.br)

## **9. DISPOSIÇÕES FINAIS**

Todas as áreas da companhia, inclusive alocadas em clientes, devem se adequar ao

estabelecido nesta Política de Privacidade de Dados Pessoais.

Medidas físicas e técnicas de segurança dos dados pessoais serão reguladas em política específica.

Parágrafo único: Medidas organizacionais que não dependam de regulamentação deverão ser adotadas de imediato.

Os contratos de prestação de serviços vigentes e a serem celebrados deverão ser revisados e adequados para o cumprimento do disposto nesta política.

Esta Política de Privacidade pode ser atualizada em razão de alterações legais, mudanças em processos internos ou necessidade de adequação. Sendo assim, solicitamos que a revise com frequência para esclarecimentos e informações atualizadas.

## **10. VIGÊNCIA**

Esta Política de Privacidade de Dados Pessoais Segurança da Informação foi aprovada na 204ª Reunião do Conselho de Administração da Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A., sendo que qualquer alteração ou revisão posterior deverá ser submetida a este órgão da administração, passando a vigorar a partir de 01/08/2021.

### **Política de Privacidade de Dados Pessoais - Versão 1.0 - 2021**